

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: NEGOCIAÇÕES DISCURSIVAS DE UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA

(High school reform: discursive negotiations of a public hearing)

(La reforma de la escuela secundaria: negociaciones discursivas de una audiencia pública)

Karina Corrêa Lelles¹
(Universidade de Brasília)

Alexandra Bittencourt de Carvalho²
(Universidade Federal de Viçosa)

RESUMO

Em 2017, a lei nº 13.415 foi publicada orientando mudanças que deveriam ser colocadas em curso no ensino médio no Brasil. O objetivo deste artigo é identificar de que modo participantes de uma audiência pública negociam discursivamente seus próprios interesses. Como resultado, observa-se que há uma dinâmica argumentativa de estudantes e professores que tentam desconstruir a hegemonia. Esta pesquisa tem como proposta teórica-metodológica a Análise do Discurso Crítica, a teoria da mercantilização de Fairclough, e algumas pesquisas sobre políticas educacionais brasileiras. O corpus deste artigo é analisado pelo método sincrônico-diacrônico de análise linguística de Pardo.

Palavras-chaves: Análise de Discurso Crítica. Reforma do ensino médio. Políticas públicas.

ABSTRACT

In 2017, the law 13.415 was published guiding changes that must be put in course in high school in Brazil. The aim of this study is to identify how participants of public hearings discursively negotiate these interests. As a result, it is possible to observe that there is an argumentative dynamic of students and professors who try to deconstruct the hegemony. This research carries a theoretic-methodologic proposal which is the Critical Discursive Analysis, Fairclough's mercantilization theory, and some researches about educational Brazilian policies. The corpus of this article is analyzed by the Pardo's synchronic-diachronic method of linguistic analysis.

Keywords: Critical Discourse Analysis. High school reform. Public policies.

RESUMEN

En 2017, se publicó la ley nº 13.415 que orienta los cambios que deberían implementarse en la escuela secundaria en Brasil. El propósito de este documento es identificar cómo los participantes en una audiencia pública negocian en el discurso sus propios intereses. Se observa que hay una dinámica argumentativa de estudiantes y maestros que intentan desconstruir la hegemonía. Esta investigación tiene como propuesta teórico-metodológica el Análisis del Discurso Crítico, la teoría de la mercantilización de Fairclough y algunas investigaciones a respecto de las políticas educativas brasileñas. El corpus de este artículo se analiza mediante el método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de Pardo.

Palabras clave: Análisis Crítico del Discurso. Reforma de la escuela secundaria. Políticas públicas.

¹ Doutora em linguística aplicada pela Universidade Federal da Paraíba. Professora voluntária do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (Nelis) no Centro de Estudos Multidisciplinares Avançados-UNB. Diretora de prevenção e combate à violência na Secretaria de Justiça do Distrito Federal.

² Doutoranda em Estudos do Texto e do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais, integrante do grupo de estudos AFECTO - Abordagens faircloughianas para estudos de corpo/discurso textualmente, orientados da Universidade Federal de Viçosa – e professora de Linguagens na Educação Básica.

Recebido em: dezembro 2019
Aceito em: junho 2020
DOI: 10.26512/les.v21i1.28421

INTRODUÇÃO

Em 2016, o então presidente interino Michel Temer aprovou a medida provisória (MP) 746, orientando mudanças que deveriam ser colocadas em curso no ensino médio no Brasil. Em 16 de fevereiro de 2017, a MP se transformou na lei nº 13.415 que trata da reforma do ensino médio. Dentre muitas audiências públicas realizadas para o debate da reforma no ano de 2016, uma em especial se destacou por ter tido a participação de professoras/es, sindicatos e estudantes. Nesta audiência, que será o objeto de análise desse artigo, há diversos participantes que representam setores da sociedade e que têm seus interesses e necessidades em disputa na reforma do ensino médio. Para que compreendamos essa dinâmica, realizamos uma análise crítica e discursiva das notas taquigráficas da audiência pública com comissão mista realizada no dia 09 de novembro de 2016.

Para alcançarmos os objetivos dessa pesquisa, recortes das notas taquigráficas da audiência pública da comissão mista, que compõem o corpus desse artigo, são analisadas pelo método sincrônico-diacrônico para análise linguística de textos (PARDO, 2011). A teoria da mercantilização do ensino de Fairclough (2001) e as teorias sobre políticas educacionais brasileiras de Shiroma, Garcia e Campos (2011), Voss (2011) e Bernardi, Rossi e Uczac (2014) compõem a base teórica.

Este artigo é uma contribuição a um projeto que busca desenvolver um método para análise de políticas públicas, com base nos estudos críticos do discurso, consolidando uma Análise Interdiscursiva de Políticas Públicas (AIPP).

A contextualização e problematização da reforma, que compõem as primeiras partes deste artigo, abarcam o cenário político e social do Brasil e têm como base notícias publicadas na web e em sites do governo federal. Posteriormente, refletimos sobre o conceito de *mercantilização*, de Fairclough (2001) relacionado a pesquisas atuais sobre o cenário político educacional brasileiro e, em seguida, propomos a aplicação do método-sincrônico diacrônico para análise linguística de textos (MSDALT), de Pardo (2011), como método para análise dos dados textuais.

1. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

As/os estudantes foram o público alvo da campanha publicitária sobre o novo ensino médio que foi ao ar, em rede nacional, no ano de 2016 anunciando frases tais como: “Acesse o site e participe das

discussões. Agora é você quem decide o seu futuro”; “Com o novo ensino médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar de acordo com a sua vocação. É a liberdade que você queria para decidir o seu futuro”. As propagandas que estavam em circulação traziam uma invocação para os estudantes participarem das discussões sobre o novo ensino médio e faziam a promessa de oferecer um novo currículo que proporciona mais liberdade de seguir uma vocação, a partir das escolhas que as/os alunas/os podem fazer a partir dos itinerários oferecidos pelas escolas. Entretanto, estudantes se opuseram à reforma na audiência pública e em outros movimentos que serão citados posteriormente, afirmando que ela não contempla as reais necessidades e mudanças que a educação necessita, principalmente, em termos curriculares

A lei nº 13.415, sancionada pelo então presidente Michel Temer (Brasil, 2017), flexibiliza a grade curricular do ensino médio, em teoria, permitindo que a/o estudante escolha parte das disciplinas que irá cursar. O texto divide o conteúdo do ensino médio em duas partes: 60% para disciplinas comuns, a serem definidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e 40% para disciplinas de aprofundamento em uma área de interesse, entre as opções Linguagens, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ensino Profissional. O modelo integra a formação técnica e profissional na carga horária do ensino regular.

A norma também amplia a carga horária de 800 horas para 1,4 mil horas anuais, mediante financiamento da União aos estados e ao Distrito Federal durante dez anos. As disciplinas de Filosofia, Sociologia, Educação Física e Artes passam a ser optativas: as escolas terão a obrigação de oferecer as matérias, mas a/o aluna/o poderá escolher estudá-las ou não.

A lei 13.415/2017

altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. (BRASIL, 2017)

De acordo com informações do Portal Brasil (2016), essas alterações justificam-se por pesquisas do *Índice de desenvolvimento da educação básica*, que revelou que o país estaria estagnado, de acordo com as últimas quatro avaliações, em um patamar abaixo da meta desejada. Além disso, o Brasil ainda teria 1,7 milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da escola. O Ministério da Educação (MEC) afirma que, de cada cinco jovens de 15 a 17 anos que ainda não concluíram o ensino médio, três estariam matriculados nesta etapa, um ainda estaria no ensino fundamental, e um estaria fora da escola. O MEC

também sustenta que o modelo de ensino integral proposto já teria sido alvo de vários estudos que demonstrariam que o impacto em proficiência e fluxo seria relevante. Assim, o governo justifica a sanção da lei por problemas que a educação brasileira vem enfrentando na formação de alunas/os, focalizando sua atuação futura como profissionais para o mercado de trabalho no Brasil.

A reforma do ensino médio se iniciou com a medida provisória (MP) 746, assinada pelo então presidente Michel Temer, imersa no contexto político confuso produzido pelo que foi considerado golpe de 2016 contra a presidenta eleita Dilma Rousseff. É importante ressaltar que uma medida provisória é um instrumento com força de lei, adotado pelo presidente da República, em casos de relevância e urgência. Produz efeitos imediatos, mas depende de aprovação do Congresso Nacional para transformação definitiva em lei.

A medida provisória 746 foi questionada por estudantes pelo fato de se tratar de uma questão complexa que exige tempo para formulação e, portanto, não justificaria um ato de urgência que exclui o debate com a sociedade. Houve resistência com relação à implementação dessa lei, tanto por estudantes quanto por educadoras/es. Em 2016, enquanto o presidente Temer colocava em discussão a mudança do ensino médio, o número de escolas e universidades ocupadas por estudantes no país passou de mil, em um movimento que ficou conhecido como “Primavera Estudantil”. A mobilização girou em torno da defesa de uma educação pública, de qualidade e universal. As principais pautas do movimento estudantil eram a revogação da Medida Provisória 746, que impunha uma reforma do ensino médio sem debate com a sociedade, o repúdio total à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, que tramitou no Senado como PEC 55, e a rejeição ao PLS 193/16, que propõe o “Programa Escola sem Partido”, considerado uma “Lei da Mordaga”.

No Brasil, a maior parte das/os estudantes que são aprovados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) se formaram em escolas privadas, que hoje no país são as que, de modo geral, oferecem melhor preparação para o exame, e, portanto, para o acesso ao ensino superior. Resultados do ENEM 2015 mostram que a maioria das instituições de ensino públicas está abaixo da média nacional. Segundo o *ranking*, organizado com base nas informações do Ministério da Educação (MEC, 2016), 97 das 100 escolas que obtiveram maior pontuação nas provas objetivas são particulares. Durante a apresentação dos dados, a secretária-executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro (2016), ressaltou a diferença que há entre as/os alunas/os: “Do grupo socioeconômico muito alto para o grupo médio, há uma diferença de 100 pontos. É uma diferença absurda. Isso revela a enorme desigualdade do ensino médio brasileiro”. Assim, embora reconheça a desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil, o

MEC consolidou alterações no ensino médio que carregam o potencial de aprofundar ainda mais essas mesmas desigualdades.

Em entrevista cedida para o *site* da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANDEP), a professora da Universidade Federal do Paraná, Mônica Ribeiro (2017), que também participou da audiência pública, afirmou que não apenas a necessidade de ampliação do acesso coloca o ensino médio no centro das discussões, mas também a qualidade do ensino que é oferecido e as condições de oferta muito desiguais. Para ela, o ensino médio precisa ser reformulado, porém não basta uma mudança na organização do currículo; seria preciso pensar uma série de elementos, tais como: a formação de professoras/es; as condições do trabalho docente; a estrutura física e material das escolas; as políticas de assistência estudantil, entre outros.

Além disso, a professora sustentou ainda que localizar a reformulação do ensino médio somente no currículo é um reducionismo, uma simplificação. O currículo (que inclui o ensino, pois currículo não é apenas o texto, a proposta curricular) é um elemento fundamental, mas a ele precisam estar atreladas as demais condições já mencionadas. Para Ribeiro (2017), do ponto de vista da organização curricular, o PL nº 6.840/2013 retoma o modelo curricular dos tempos da ditadura militar, trazendo de volta a organização por opções formativas com ênfases de escolha pelos/as estudantes. No último ano do ensino médio, a/o estudante faria a escolha por uma das áreas do currículo ou pela formação profissional. Esse modelo reforça a fragmentação e a hierarquia do conhecimento escolar, que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio visam minimizar.

Observa-se que de um lado há o governo com uma proposta para o ensino médio que altera a carga horária para tempo integral e confere liberdade de escolha à/ao aluna/o sobre suas áreas de interesse, propondo a opção de ensino técnico preparatório para o mercado de trabalho, dentre outras medidas. Por outro lado, temos estudantes e professoras/es que questionam essa medida, sustentando que ela não as/os privilegia, não privilegia a escola pública e não modifica o que há de mais grave no ensino, inclusive promovendo ainda maior exclusão de estudantes que precisam estudar à noite, por exemplo.

2. A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO NA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

O governo implementou a reforma do ensino médio alegando que ela trará inovações benéficas para a comunidade educacional. Em contraposição, estudantes e professoras/es discordam do ponto de vista do governo, afirmando que as mudanças, que foram impostas na lei, não resolvem os diversos problemas que educação do Brasil apresenta.

A reforma do ensino médio foi iniciada com uma medida provisória, a MP746, que tem força de lei, sem um debate prévio com a sociedade e com a comunidade educacional. A falta de diálogo do governo com professoras/es e estudantes para a decisão de quais mudanças são representativas para esse setor da sociedade, é uma negação à democracia. É uma ação que favorece a hegemonia e o controle social das classes minoritárias. Fairclough (2001, p. 127-128) afirma que “a luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade em diferentes níveis e domínios”, o que sugere a relevância de uma reforma como essa nas lutas hegemônicas em curso, não apenas no campo da política, mas também da divisão de classes e na manutenção de privilégios.

No Brasil há um forte movimento de empresas privadas em direção às políticas educacionais. De acordo com Voss (2011), a educação no Brasil tem sido um campo de interesse de grupos empresariais sendo estes os maiores responsáveis pelas mudanças feitas na estrutura do ensino básico, em parceria com o governo. A autora afirma que

o discurso da educação como fator estratégico de desenvolvimento social e econômico é atualmente recontextualizado, pois a ênfase central das reformas educacionais contemporâneas não é a expansão da escolarização, mas a equidade, entendida como a oferta eficiente e eficaz do ensino, de modo a garantir condições de aquisição de habilidades e informações que permitam competir no mercado profissional. (VOSS, 2011, p. 45)

De acordo com Bernardi *et al.* (2014), empresários brasileiros organizaram fóruns e documentos desde a década de 90, apontando interesse na construção de uma agenda educacional voltada para a produção de uma sociabilidade mais adequada aos interesses dos capitais nacional e internacional privados. Os autores afirmam que eles propunham reformar a educação, com o objetivo de torná-la mais eficaz às novas demandas do capital, formando assim um perfil de trabalhador que domine as novas competências tecnológicas e organizacionais. Assim, além de propor a importação do modelo empresarial, também pretendia-se reconstruir a função social da educação, destituindo-a do seu caráter público. Bernardi *et al.* (2014, p. 3) atentam para o fato de que

as reivindicações das lutas pela democratização da educação são incorporadas e ressignificadas e o empresariado brasileiro empregando o discurso de educação para todos e todos pela educação apresenta propostas alinhadas com as reformas educacionais implementadas em vários países europeus e latino-americanos a partir da década de 1990. Tais reformas anunciavam como objetivo central a melhoria da qualidade da educação, o que inclui ampliação de jornada escolar, e universalização do atendimento.

Shiroma *et al.* (2011, p. 226) afirmam que, no Brasil, essa política de ideologia gerencialista foi impulsionada pelo movimento empresarial “Todos pela Educação”. Este grupo realizou diversos eventos durante dois anos propondo um pacto com sindicatos e com a sociedade civil. O movimento propõe a mobilização da iniciativa privada e das organizações sociais do terceiro setor para atuar junto com o Estado no provimento da educação. O mais impactante é que esses empresários tem o poder de pautar a agenda governamental, “reafirmando o papel do Estado e redefinindo, no entanto, o sentido e o significado da educação pública” (SHIROMA *et al.* 2011, p. 226).

O interesse dos grupos empresariais na educação brasileira parece ser m reflexo do processo de *mercantilização* da educação. Fairclough (2001, p. 265) afirma que em várias partes do mundo, por causa da globalização e do capitalismo, a educação vem sofrendo o processo de *mercantilização*, pelo qual “os domínios e as instituições sociais, cujo propósito não seja produzir mercadorias (*commodities*) no sentido econômico restrito de artigos para venda, vêm não obstante ser organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias”. O processo de *mercantilização* representa um forte aspecto da cultura empresarial. Para o autor, o discurso educacional está *mercantilizado* desde a onda neoliberal dos anos 1990, quando estudantes passam a ser consumidores e clientes que acreditam poder escolher/consumir cursos que possibilitarão uma boa colocação no mercado de trabalho, de acordo com suas habilidades, mas também se tornam “peças” treinadas para o mercado. O conceito de habilidades reforça a noção de aperfeiçoamento de características pessoais, enaltecidas como “únicas”, mas também pode ser apropriado como estratégia para atrair clientes e ainda formar mão de obra especializada. Para Fairclough,

o discurso educacional *mercantilizado* é usualmente dominado pela palavra “habilidade”, e a palavras associadas à “competência”. Mas uma lexicalização completa dos processos de aprendizagem e ensino baseados em conceitos de habilidade, treinamento de habilidade, uso de habilidade, transferência de habilidade e outros. (2001, p. 267)

Avaliando o contexto da reforma do ensino médio, é possível afirmar que a educação no Brasil vem se tornando um mercado em que estudantes são ressignificados como consumidoras/es, e, ao mesmo tempo, mão de obra para o mercado de trabalho à medida que investem em cursos para se especializarem. A reforma do ensino médio parece visar a consolidação de mão de obra adequada às necessidades do mercado. Um indício disso é o fato de que na lei nº 13.415, as/os estudantes devem escolher seus itinerários educativos a partir das ‘suas habilidades’ e áreas de interesses e as escolas devem ser responsáveis por guiar os estudantes na escolha deste itinerário através de orientação vocacional. Além disso, os itinerários formativos também sugerem relações com tecnologia e conhecimentos empresariais.

De acordo com as informações apresentadas, há na educação do Brasil uma associação entre grupos empresariais e o governo e seus interesses parecem estar acima das necessidades da sociedade, que é a de ter uma educação básica pública de qualidade para todas as classes sociais. Há grupos empresariais, que associados ao governo, conseguem ter influência na reforma do ensino médio, priorizando os seus interesses e não as necessidades da educação que são representadas por professoras/es e alunas/os. A elite dominante mantém a hegemonia através da educação.

3. O MÉTODO SINCRÔNICO-DIACRÔNICO PARA ANÁLISE LINGUÍSTICA DE TEXTOS (MSDALT)

Pardo (2011) desenvolveu o método sincrônico-diacrônico para análise linguística de textos (MSDALT), propondo a análise de categorias que são organizadas em um quadro, como pode-se observar abaixo. De acordo com Pardo (2011), o texto a ser analisado deve ser distribuído de acordo com as categorias com as quais se relacionam as partes das emissões. As emissões são enumeradas de acordo com a ordem em que surgem no texto, como forma de organizar os dados. Para efeito de exemplo, apresentamos o quadro com as categorias que foram usadas para as análises da audiência pública:

Quadro 1- Exemplificação do método sincrônico-diacrônico (PARDO, 2011) e suas categorias³

Participantes	Movimento	F-P	Tempo	Espaço	OP	Ator 1	Ator2	Nv3	Audiência	MP746	Educação
E3[Carine Vitral]	Esse movimento						dos estudantes				
	chamou a atenção de toda a sociedade				pois						
	é o maior movimento estudantil da história.										

Marchese (2011, p. 161) afirma que o método “permite analisar as categorias de modo sincrônico, ou seja, em sua ocorrência dentro de cada emissão e também diacronicamente, isto é, ao longo de todo o texto dentro de uma mesma categoria”. As categorias dispostas no quadro são nomeadas por Pardo (2011) como *gramaticalizadas*, obrigatórias em todo texto, e *semântico-discursivas*, que variam de acordo com cada discurso.

³ Própria autoria.

As categorias gramaticalizadas são:

Falante-Protagonista: corresponde a qualquer pessoa pronominal ou qualquer referente nominal que tome o argumento do falante. É importante destacar que esta categoria não aparece necessariamente na posição do sujeito gramatical ou lógico da emissão.

Verbo 1 (nexo de valor 1): com o qual o falante atua de alguma maneira. Esta categoria marca somente a ação do falante-protagonista e não a de outros atores que aparecem no texto.

Ator/Atores: qualquer pessoa pronominal que toma os argumentos opostos aos que sustentam o falante.

Verbo 2 (nexo de valor 2): se relaciona com as ações dos Atores

Tempo e lugar: correspondem a orientação espaço temporal necessária e obrigatória em qualquer texto.

Operador pragmático: aparece em todos os textos e tem distintas funções, desde assinalar como se deve interpretar uma parte da emissão, de conectar emissões distintas ou setores na emissão ou como recurso para interpelar ou alcançar a cumplicidade do leitor.

Negação: é uma categoria que pode aparecer negando o verbo, outras palavras ou setores de uma emissão. Essa categoria não tem o mesmo grau de obrigatoriedade das demais. Entretanto, deve ser colocada caso as negações tenham um valor interpretativo importante para o analista. (PARDO, 2011, p. 67-68, tradução nossa)

É importante ressaltar que as categorias gramaticalizadas contêm também carga semântica e que podem ser classificadas de acordo com a necessidade da/o analista. A diferença está principalmente no fato de que as funções discursivas nas categorias gramaticalizadas são mais estáveis.

As categorias semântico-discursivas são categorias próprias e particulares encontradas em cada discurso. A/o analista as identificará no próprio texto analisado, de acordo com o desenvolvimento temático e as representações presentes. Deste modo, a classificação e a denominação que a/o analista der às diferentes categorias semântico-discursivas envolverá diretamente a categoria social que está se revelando no texto. Assim, a análise sobre as representações discursivas que, de acordo com Pardo (2011), são partes fundamentais das representações sociais e entram em contínua retroalimentação com o discurso. Pardo (2011) ressalta a importância de se ter um critério de interpretação estabelecido ao longo do trabalho, para que o modo de compreender o fenômeno estudado seja coerente.

No caso desta pesquisa, foram utilizadas as categorias gramaticalizadas propostas por Pardo (2011) e as categorias semântico-discursivas que se desvelaram no processo de análise da audiência pública: *Participantes*; *Audiência*; *MP746*; *Educação e Movimento*. Pelo fato da audiência ser um texto que possui muitos falantes, algumas categorias se destacam mais na fala de determinados participantes, como, por exemplo, a categoria *Movimento* que surge a partir da fala das/os estudantes. As demais categorias foram temas das falas da maior parte dos participantes da audiência e por isso integram o quadro analítico. Marchese afirma que

a aplicação crítica do método a diferentes corpora de textos confirmou ser um modo eficiente para se analisar como os atores sociais representam e reconstroem discursivamente o mundo, porque permite mapear o modo como esses atores categorizam linguisticamente sua realidade (MARCHESE, 2011, p. 160).

No caso desta pesquisa, O MSDALT foi considerado o método indicado para essas análises porque permite identificar discursivamente quais interesses estão envolvidos nos discursos dos participantes. Assim, através dessas representações, podemos identificar se a reforma está promovendo uma educação de qualidade para os jovens brasileiros ou se é uma medida que atende outros interesses que podem estar implícitos nesses discursos, o que indicaria formas assimétricas de poder.

4. RESULTADOS

Os dados que serão apresentados aqui são um recorte de uma extensa análise realizada com o uso do método sincrônico-diacrônico de análise linguística de textos (MSDALT) das notas taquigráficas da audiência pública mista sobre a reforma do ensino médio, realizada no dia 09 de novembro de 2016, com participação popular.

Estiveram presentes na audiência representantes das/os professores, do movimento *Todos pela educação* e das/os estudantes, além de deputadas/os e senadoras/es. Destacamos os seguintes participantes que proferiram discursos que são relevantes para os objetivos deste artigo: o presidente da mesa e deputado Izalci Lucas, do partido PSDB-DF; a deputada Maria do Rosário, deputada do PT-RS, o Olavo Nogueira Filho, representante do *Todos pela educação*; a professora Mônica Ribeiro da Silva, representante do Observatório Nacional do Ensino Médio, professora da UFPR, e Carine Vitral, representante da UBES, que leu uma carta em nome dos estudantes de todo o país.

Como não será possível expormos todo o texto das notas taquigráficas neste artigo pela sua dimensão, faremos um breve relato do que aconteceu na audiência pública. Ela foi realizada no dia 09 de novembro de 2016, por uma comissão mista, e teve como propósito abrir a discussão sobre o novo ensino médio com a comunidade educacional, tendo como convidados professoras/es, sindicatos de professoras/es, o *Todos pela Educação*, representantes de estudantes, deputadas/os e senadoras/es de diferentes partidos. O objetivo específico era debater a medida provisória 746, que foi assinada por Michel Temer sem consulta popular, antes que ela se tornasse a lei nº13.415 que entrou em vigor em fevereiro de 2017.

O debate seria realizado para que críticas e sugestões fossem discutidas pelos grupos que seriam afetados pela reforma, principalmente estudantes e professoras/es. Entretanto, conforme dados expostos na própria audiência, estudantes que estavam na porta do senado fazendo protestos contra a MP 746 entraram em confronto com a polícia, o que resultou na proibição da participação de suas representantes Carine Vitral e Camila Lanes, conforme determinação do presidente do senado Renan Calheiros. Essa ocorrência provocou discussão dentro do senado entre as/os convidadas/os que já se encontravam presentes para o início da audiência pública e gerou uma discussão entre Izalci Lucas e a deputada Maria do Rosário que se contrapôs à decisão. Após protestos de Maria do Rosário e demais participantes, Izalci Lucas decidiu permitir a participação das representantes dos movimentos estudantis. Entretanto, este acontecimento foi repudiado por vários participantes ao longo de toda a audiência pública.

Explicaremos a seguir os quadros que contêm os trechos que foram analisados e exporemos as análises. Ressaltamos que a numeração da ordem das emissões está de acordo com a numeração original do quadro completo, e os quadros apresentados aqui são imagens retiradas da tabela original. Em razão de a audiência pública ter muitos participantes, a cada novo falante recomeçamos a contagem das emissões, a partir da emissão 1, para uma melhor organização dos dados.

Os dois primeiros quadros apresentam a análise sincrônica-diacrônica de duas emissões de fala do presidente da mesa Izalci Lucas, deputado do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB-DF). O trecho em destaque foi retirado de Izalci, no momento em que ele anuncia a ordem do então presidente do senado, Renan Calheiros, de proibir a participação das/os estudantes na audiência pública, sob a justificativa de que os mesmos teriam causado desordem no prédio do senado.

Quadro 2 - Audiência pública: fala do deputado Izalci Lucas, Emissão 3⁴

Participantes	Audiência	Ator 2 (estudante)	Nv3	Espaço
E3[O sr. Presidente (Izalci Lucas PSDB-DF)-	Em virtude da confusão		causada	
		pelos estudantes		
	incluindo cerco			ao anexo (continua a emissão)].

⁴ Própria autoria.

Quadro 3 - Audiência pública: fala do deputado Izalci Lucas, Emissão 4⁵

Participantes	Audiência	Ator 2 (estudante)	Nv3	Espaço	OP
E4[O sr. Presidente (Izalci Lucas PSDB-DF)-	Como houve tumulto			no anexo II do senado federal	e
		agressões a senadores e funcionários da casa, às convidadas Camila Lanes, presidente da UBES, e Carina Vitral, presidente da Une	não participarão		
	da presente audiência pública, por determinação do presidente do senado.]				

Essas emissões foram selecionadas porque mostram a representação criada pelo deputado e presidente da mesa Izalci Lucas da situação que ocorreu com os estudantes na entrada do senado, entrando em confronto com a polícia por causa das manifestações contra a reforma.

Os dois quadros apresentam o conflito de interesses que há entre governo e estudantes. Observa-se nos quadros 1 e 2, na leitura diacrônica, que as/os estudantes são representadas/os como agressores. Ainda na mesma categoria, observa-se que “senadores e funcionários da casa” são representados como vítimas das agressões, o que discursivamente reforça a representação de agressores das/os estudantes. Essa emissão, desse modo, coloca como agentes da violência apenas as/os estudantes, omitindo as agressões que estes sofrem na manifestação. Assim justifica-se a proibição da participação das estudantes que se articula, na leitura sincrônica, com categoria *Ator 2*. Ressalta-se que Camila Lanes e Carina Vitral são da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), respectivamente.

Sendo representadas como agressoras, as/os estudantes, metonimicamente, têm sua imagem difamada, e perdem o direito de participar do debate sobre a reforma do ensino médio. Essa situação representa uma exclusão das/os estudantes da possibilidade de agir com poder na reforma do ensino médio. É um forte indício de que o governo não está disposto a ouvir e atender suas necessidades, o que é contraditório com seu próprio discurso quando afirma que a reforma do ensino médio é feita para melhorar a qualidade do

⁵ Própria autoria.

ensino para estudantes. Ao representar as/os estudantes como agressora/es, Izalci faz uma inversão do real objetivo daqueles que estão na audiência que é o de representar a classe estudantil para assegurar direitos. Nesse contexto há um desejo, por parte de Izalci, e do presidente do senado, Renan Calheiros, que determinou a proibição, de retirar poderes desse grupo e o direito de participar democraticamente das decisões relacionadas à educação.

Como efeito, a proibição da entrada das/os estudantes gerou manifestações por parte de outros participantes que estavam presentes na audiência pública. Selecionamos uma fala da deputada Maria do Rosário que representa uma contrapartida. Maria do Rosário é deputada do Partido dos trabalhadores (PT), que, como já foi abordado neste artigo, representa uma forte oposição ao atual governo do presidente Michel Temer, principalmente depois do Impeachment sofrido pela presidenta eleita Dilma Rousseff.

Quadro 4 - Audiência pública: fala da deputada Maria do Rosário, Emissão 30⁶

Participantes	F-P	NV1	Audiência	Ator 2 (estudantes)	Nv3
E30 [(A sr ^a Maria do Rosário. PT-RS)	Eu	posso convidar	os convidados a não contribuir com essa situação absurda que é	estudantes	não poderem participar
			dos debates	de suas vidas	

A fala de Maria do Rosário se contrapõe à fala de Izalci Lucas por não representar os estudantes como agressores, mas como “convidados” a participar de um debate sobre um tema que afeta suas vidas. Assim, temos duas representações diferentes das/os estudantes, representações estas que formulam distintas posições sobre elas/es. Observa-se que na fala da deputada, a negociação do poder se faz com apoio aos estudantes, através de uma representação positiva dos mesmos, reforçando a oposição ao governo do presidente Michel Temer, que é aliado do senador Renan Calheiros. Em aliança com as/os estudantes, ela se impõe para garantir a participação dos mesmos, revertendo a decisão do presidente da mesa. E também representa as ideologias do seu partido que defende a igualdade de classes e a participação democrática de todas as classes nas decisões governamentais. Assim, discursivamente, o poder de negociação é retomado para as/os estudantes e para Maria do Rosário. Seu discurso gera uma reação que transforma a realidade da audiência, passando então a incluir as representantes das/os estudantes.

⁶ Própria autoria.

Após a negociação entre a deputada Maria do Rosário, do deputado Izalci Lucas, e de outros participantes, as representantes das/os estudantes conseguem permissão para participar da audiência. Carina Vitral, representante da União dos estudantes (UNE), leu durante a audiência uma carta em nome de todas/os as/os estudantes do Brasil, acompanhada, em coro, por outros jovens que estavam presentes. Essas falas foram selecionadas porque mostram a representação que as/os estudantes têm de si mesmos e quais são os seus posicionamentos em relação à reforma. Selecionamos duas emissões que foram retiradas de diferentes trechos da carta, mas apresentam uma relação na construção da representação, principalmente, dos movimentos estudantis.

Quadro 5 - Audiência pública: fala da Carine Vitral (UBES); Emissão 14⁷

Participantes	Espaço	OP	Ator 2 (Estudantes)	NV3	MP746	Educação	Movimento
E1[Carine Vitral			Nós estudantes	temos realizado			debates, assembleias e ocupações
	em todo país	para		discutir e apresentar			
			a nossa				opinião
						em relação à MP746	
		sobretudo porque					
			nos	preocupamos			
			com os jovens			e a educação.]	

Neste quadro há uma representação dos estudantes como agentes ativos da educação, que estão promovendo uma ação em prol da educação no país. Essa agência leva em consideração o coletivo, já que os itens lexicais “debates” e “assembleias” assim como “ocupações” são ações desenvolvidas por um grupo, que pensa e discute a educação dentro de suas vivências. É importante destacarmos o item lexical “lutando” que coloca a ação em um campo discursivo de batalha, mas diferentemente de “cerco”, “confusão” emitidos pela fala de Izalci, já que, semanticamente, faz uma representação positiva da ação das/os estudantes. Essa representação se opõe também à construção de uma imagem dos estudantes como agressores. As/os estudantes se representam como agentes que lutam pela educação do país, e pelo direito de participar democraticamente das decisões que dizem respeito a esse grupo. A carta desconstrói a

⁷ Própria autoria.

representação das/os estudantes como agressores, feita nos primeiros quadros e se associa com a representação positiva feita por Maria do Rosário, na tentativa de garantir aos estudantes um papel ativo nas tomadas de decisão da reforma do ensino médio.

A próxima emissão também se configura importante por representar a opinião dos estudantes sobre a medida provisória.

Quadro 6- Audiência pública: fala da Carine Vitral (UBES), Emissão 4⁸

Participantes	Ator2 (Estudantes)	Espaço	NV3	MP746
E4[Carine Vitral	Nós estudantes			
		em todo o país	gostaríamos de apresentar	
	a nossa			contrariedade à MP 746.
			Vale ressaltar	que as MPs foram e são muito usadas em regimes ditatoriais e, que, por coincidência, essa medida reduz o ensino e o pensamento crítico, algo também dos regimes ditatoriais.]

Neste quadro observa-se que a medida provisória é representada pelos estudantes como uma medida ditatorial, que impõe uma linha de educação que não estimula o pensamento crítico. Para os estudantes, é importante uma educação que lhes dê instrumentos para desenvolver o pensamento crítico, e que a medida provisória não contempla essa necessidade. É importante destacarmos que a fala analisada traz implícita uma estratégia de comparação entre a reforma e a ditadura, evidenciando o caráter não democrático e limitador que a medida representa. O circunstanciador “muito” revela a ação contínua de um regime ditatorial, marcando a oposição das/os estudantes em relação à MP. Essa fala também aponta uma crítica que foi feita ao presidente Michel Temer no contexto do impeachment, que foi considerado um golpe político, inserindo a conjuntura política do impeachment aos regimes da ditadura.

Nos três quadros observa-se que as/os estudantes apresentam uma agência no contexto educacional, e substituem a imagem de agressores para jovens que lutam pelos seus direitos e têm consciência de que a ação pode restaurar seus direitos de participar democraticamente das decisões que afetam a educação, e conseqüentemente, suas vidas. O poder é renegociado com o governo após a leitura desta carta e as/os estudantes foram aplaudidos por todos os participantes que estavam na audiência. Muitas notas de repúdio, inclusive, foram apresentadas por professores e representantes políticos que se

⁸ Própria autoria.

encontravam presentes. Todas essas manifestações mostram como há uma tentativa desses grupos minoritários de desarticular a soberania do governo de Michel Temer e seus aliados que implementaram a reforma do ensino médio, para assim conseguirem ter voz.

Os próximos quadros apresentados são trechos das falas de diferentes participantes que dialogam sobre um mesmo eixo temático: o que as/os estudantes querem para a reforma do ensino médio. A primeira emissão analisada é de Olavo Nogueira Filho, representante do *Todos pela Educação*, que, como foi mencionado anteriormente, é uma organização comandada por grupos empresariais que conseguem formar pautas para os planos educacionais do Brasil, com interesses de mercado. Este recorte é um indicativo de que eles tiveram influência na reforma do ensino médio.

Quadro 7- Audiência pública: fala de Olavo (*Todos pela Educação*), Emissão 5⁹

Participantes	NV1	Espaço	OP	Educação
E5[O sr. Olavo Nogueira Filho	Não vou discorrer	sobre todos os elementos que figuram nessa imagem	mas	
	é possível observar		que	há uma demanda latente por um currículo mais prático, com matérias mais voltadas para a vida profissional, como economia, administração, relações financeiras, como se portar em uma entrevista, noções de ética, e informações a respeito de informática e testes vocacionais.]

Olavo inicia sua fala dizendo que o *Todos pela educação* realizou pesquisas para saber qual é a necessidade das/os alunos no ensino. Essa fala que foi escolhida para análise porque representa uma forte indução de Olavo para que o currículo atenda, na realidade, os interesses do *Todos pela Educação*. Utilizando essa pesquisa, que segundo Olavo, foi feita com estudantes de todo o país, um vocabulário empresarial é incorporado à estrutura curricular do ensino médio. Aqui as/os estudantes são representada/os como sujeitos que têm voz ativa na escolha do que deve ser incorporado no ensino, já que foram ouvida/os por uma pesquisa feita com eles. Entretanto, discursivamente, Olavo aponta outros interesses usando alunas/os como referência. Ele afirma que “há uma demanda latente por um currículo mais prático, com matérias mais voltadas para a vida profissional como economia, administração e relações financeiras, como se portar em uma entrevista, noções de ética, e informações a respeito de

⁹ Própria autoria.

informática e testes vocacionais”. Ressalta-se que a lei nº 13.415 prioriza o mesmo conteúdo apontado por Olavo, demonstrando que existe uma aliança entre governo e o *Todos pela educação*. A demanda representada por Olavo enfatiza uma educação mais prática, representada pelo item lexical “profissional”, exemplificado pela “economia, administração e relações financeiras” corroborando com a visão mercantilizada (FAIRCLOUGH, 2001) do ensino e contrariando a fala das/os estudantes de uma educação que valoriza o pensamento crítico.

Em oposição à fala do Olavo, a professora Mônica Ribeiro, representante do Observatório Nacional do Ensino Médio, pesquisadora da área educação, constrói uma representação muito diferente das/os estudantes com base nas suas experiências no ensino e em suas pesquisas.

Quadro 8 - Audiência pública: fala da professora Mônica R. da Silva, Emissão 4¹⁰

Participantes	F-P	NV1	Tempo	Espaço	OP	Ator2 (Estudantes)	NV3	Educação
E4[A sr. Mônica Ribeiro da Silva	A pesquisa				que			
	eu	desenvo lvo	há quase seis anos	no observatóri o do ensino médio				
	mostra algo muito diferent e disso. Mostra				que	os jovens	querem	
					sim			
					que	lhes	permita compreen der	com densidade a sociedade
					que		vivem	e as grandes questões éticas, morais e políticas do tempo
					em que		vivem.]	

¹⁰ Própria autoria.

A análise revela que Mônica fala com propriedade, partindo da sua própria experiência com o ensino, fazendo uma representação de si como uma autoridade. Isso se contrasta com a fala de Olavo que cita dados de uma pesquisa e não se coloca no discurso como agente. Com base na sua experiência como professora que participa ativamente do contexto educacional, ela afirma que sua pesquisa demonstra algo oposto do que afirma Olavo.

É possível observar que os estudantes são representados como jovens que desejam um currículo que os forme para ser sujeitos conscientes do seu papel na sociedade e não para ser mão de obra, como orienta Olavo. Percebemos, aqui, que a fala da professora coaduna com a fala das/os estudantes. Mônica argumenta a partir de sua experiência como professora e pesquisadora que atua na educação e escuta as necessidades das/os estudantes e, por isso, sabe o que elas/es realmente desejam. Há uma aliança aqui entre professora e estudantes apresentando o que é o ideal para que a educação seja de qualidade para a comunidade educacional. Esses interesses se opõem aos que são apresentados pelo governo e pelo *Todos pela educação*. É notável que nos excertos apresentados nas análises os interesses das/os estudantes tornam-se objeto de negociação dos outros participantes, mostrando que elas/es representam a categoria que tem mais relevância no contexto da reforma do ensino médio. Afinal, o objetivo final da educação é, ou deveria ser, instruir e formar os seus cidadãos. Mas, ao contrário disso, como essas análises demonstram, outros interesses estão incutidos nos planos da educação no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises dos dados, pode-se concluir que, na audiência pública, as/os estudantes são representadas/os discursivamente de maneiras distintas, dependendo dos falantes das emissões. Quando caracterizados pelos representantes políticos que presidiam a mesa, são representados como agressores, marcando semanticamente um valor negativo e justificando a proibição da participação das/os estudantes na sessão. Em contrapartida, nas falas da deputada Maria do Rosário, são representados como convidados, reiterando a necessidade da participação das/os estudantes na discussão da reforma do ensino médio. Em relação ao ensino médio, pode-se concluir que a visão das/os estudantes também é representada de maneira distinta: a visão das/os estudantes coaduna com a da professora Mônica e admite a necessidade de um ensino que leva a um pensamento crítico, enquanto a visão do Todos pela Educação prioriza um ensino prático e profissional.

A audiência pública revela, então, um conflito de interesses e uma luta pelo grupo que está no poder de manter a hegemonia. Houve a tentativa de desestabilizar as/os estudantes, que, mesmo assim, receberam o apoio de outros participantes da audiência, como da deputada Maria do Rosário, que faz

oposição ao governo do presidente Michel Temer. No momento em que o grupo que está no poder tenta desarticular as/os estudantes, professoras/es se movimentam para apoiá-los. A comunidade educacional, representada por professoras/es e alunos, se une para criticar as ações do governo e vários aspectos da medida provisória, afirmando que ela não atende às necessidades da educação. Há então uma tentativa desse grupo de conseguir descentralizar o poder do governo, que tem aliança com o Todos pela Educação. Essa tentativa, porém, não foi concretizada e a prova disso é que a lei nº 13.415 foi assinada por Michel Temer sem quase nenhuma modificação após a realização dessa audiência pública, o que demonstra que, na educação, a hegemonia do poder continua sendo do governo e dos grupos empresariais.

REFERÊNCIAS

ANDEP. *Entrevista com a professora Mônica Ribeiro da Silva (UFPR) sobre a reformulação do ensino médio*. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-professora-monica-ribeiro-da-silva-ufpr-sobre-reformulacao-do-ensino-medio>. Acesso em: 27 fev. 2017.

BERNARDI, M. L.; ROSSI, A. J.; UCZAC, L. H. Do movimento Todos pela Educação ao Plano de Ações Articuladas e Guia de Tecnologias: empresários interlocutores e clientes do estado. *In: Cadernos do V ANPED Sul*. Florianópolis, ANPED, 2014, p. 1-18.

BRASIL. LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Portal MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 27 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. *Diário Oficial da União. Atos do Poder Legislativo*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 27 fev. 2017.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. Brasília, UNB, 2001.

PARDO, M. L. *Teoría y metodología de la investigación lingüística: método sincrónico-diacrónico de análisis lingüísticos de textos*. Buenos Aires, Tersites, 2011, p. 135.

PORTAL BRASIL. *Entenda o novo ensino médio*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/09/entenda-o-novo-ensino-medio>. Acesso em: 27 fev. 2017.

MARCHESE, C. M.; RESENDE, V. M. São as pessoas pobrecitas de espírito que agudizam a pobreza dos pobres: análise discursiva crítica de testemunho publicado na revista cais - o método sincrônico diacrônico. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 12, n.2, 2011, p. 150-178.

SENADO FEDERAL. *Notas taquigráficas: comissão mista da medida provisória nº 746 de 09 de novembro de 2016*. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/>. Acesso em: 26 set. 2018.

SHIROMA, E. O.; GARCIA, R. M. C.; CAMPOS, R. Fatima. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do movimento Todos pela Educação. *In*: BALL, S; MAINARDES, J. *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011, p. 222-248.

VOSS, D. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): contextos e discursos. *Cadernos de Educação*, v. 38, n. 43, 2011, p. 43-67.